

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SOCIOAMBIENTAL FOCADO NA GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS HÍDRICOS: ESTUDO DE CASO DO GRUPO ECOS DE PERNAMBUCO

Rebecca Guerra da Silva*, Márcia Barros Carvalho Melo, Tássia Camila Gonçalves dos Santos, Alcione Moraes de Melo, Soraya Giovanetti El-Deir

* Pesquisadora do Gampe/UFRPE; Faculdade Frassinetti do Recife, rebeccaguerr@gmail.com

RESUMO

O poder público, entendido como um sistema complexo de legalidade e legitimidade, inserido em um contexto sociopolítico, deve moldar-se às *nuanças* que compõe a mudança de paradigmas nas esferas, tecnológicas, econômicas, políticas e ambientais, atendendo os anseios das demandas sociais. Diante de uma conjuntura de crise global refletida, cada vez mais, na escassez de alguns recursos naturais, a responsabilidade socioambiental adquire grande espaço para discussão no meio acadêmico, político e econômico de maneira relevante, para sanar problemas urgentes na sociedade. A configuração de um novo cenário, sob a luz do carro-chefe da sustentabilidade, orienta as ações mediante uma nova relação, a qual o meio ambiente surge como um dos principais fatores envolvidos no processo. A convergência de saberes e interesses institucionais elevaram a qualidade e o alcance da discussão sobre gestão de recursos hídricos, favorecendo o surgimento de uma iniciativa pioneira nesse contexto, através de uma parceria personificada no grupo Ecos de Pernambuco, o qual contempla quatro esferas do poder público e uma acadêmica, com o intuito de desenvolver um planejamento estratégico socioambiental com um dos focos no âmbito do uso racional da água. Logo, fez-se necessário compreender métodos, mecanismos e boas práticas para alcançar o domínio do tema e, dessa forma, facilitar a elaboração de um conjunto de iniciativas propositivas para otimizar o gerenciamento dos recursos ambientais, iniciando pela discussão sobre o aspecto hídrico. O planejamento estratégico como instrumento do poder público, para dar respaldo às tomadas de decisões governamentais, torna-se imprescindível no cenário ambiental, como forma de ação contínua para a execução de iniciativas factíveis com propósitos de equilíbrio entre desenvolvimento e meio ambiente, identificando políticas públicas necessárias para a população. Com o respaldo da visão sistêmica, é possível observar o processo de gestão de determinado recurso natural mapeando os gargalos, alinhando uma série de ações interligadas e funcionais para reduzir o desperdício e aumentar o desempenho ambientalmente equilibrado.

PALAVRAS-CHAVE: Poder público, Sustentabilidade, Responsabilidade socioambiental, Gestão de recursos hídricos.

INTRODUÇÃO

No contexto nacional, inúmeras são as iniciativas nas esferas governamentais em prol da adoção de práticas de responsabilidade socioambiental. É perceptível que, desde meados da revolução industrial, a ação antrópica causou danos irreparáveis ao meio ambiente, provocando, em muitos casos, a extinção de algumas espécies da fauna, assim como a escassez de determinados recursos naturais. Diante disso, o planeta encontra-se no limite da capacidade de absorção dos impactos oriundos das ações antrópicas e estuda-se a possibilidade de uma nova definição para uma época dominada pela intervenção humana. Essa conjuntura traz à tona a urgência da responsabilização, principalmente por parte dos órgãos públicos com a gestão ambiental, para servir de exemplo a ser seguido pelas demais organizações. A questão ambiental ganha força no Brasil a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Fruto desse evento foi a elaboração da Agenda 21 Nacional, documento norteador de políticas públicas e redirecionamento institucional para o desenvolvimento sustentável. Decorrente desta, outras iniciativas discorreram sobre a relevância de uma gestão ambiental, como o Programa Esplanada Sustentável, Agenda da Administração Pública e o mais recente Plano de Logística Sustentável, todos com foco na Administração Pública.

O fomento às práticas sustentáveis dentro da esfera pública busca viabilizar a sensibilização dos servidores mediante a disseminação e internalização de uma percepção ambiental, construindo uma cidadania com cunho mais ético, perante os princípios da sustentabilidade, assim como reduzir custos e promover a qualidade na oferta dos serviços públicos. Perante esse cenário, observa-se a necessidade de um maior comprometimento no âmbito governamental para elevar a eficiência, a eficácia e a efetividade nas iniciativas públicas de caráter socioambiental. Para isso, é imprescindível a implementação de práticas sustentáveis com vistas a promover políticas públicas com maior equidade e transparência no contexto de responsabilidade socioambiental, de modo a valorizar, preservar e conservar os recursos naturais. Desta forma, o presente artigo visa analisar os passos operacionais que tiveram lugar para a realização do Planejamento

Estratégico Socioambiental (1), além das proposições de Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos, desenvolvido pelo do grupo Ecos de Pernambuco, buscando a determinação de bases norteadoras de estratégias táticas para a coletividade e para cada entidade constituindo do grupo.

METODOLOGIA

Os passos metodológicos seguiram uma sequência temporal e de estruturação do conhecimento. A primeira etapa constitui-se numa pesquisa documental (2), onde foram levantados artigos científicos, leis, resoluções e demais base de documentos formais para uma maior compreensão do temário foco, assim como das legislações internas das instituições envolvidas. A partir deste documentário, foram estruturadas oficinas com os representantes de cada uma das Comissões Socioambientais de cada um dos tribunais constituintes do grupo, visando definir missão, visão, valores e objetivo geral. A partir deste teve lugar processo de elaboração do Planejamento Tático, que foi iniciado pelo tema Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos, buscando compreender as áreas de atuação da pesquisa, da educação, da gestão interna e da visibilidade externa. Este momento foi composto de seminário com palestras, buscando o empoderamento social (3), foi estruturado seminário com duração de 4 horas, com falas sobre gestão sustentável dos recursos hídricos, focando visão estratégica, dados de pesquisas acadêmicas e estudo de *benchmarking* institucional. Foram anotadas as principais propostas nas 4 áreas de atuação, que serviram de base para o *workshop*, com duração de 4 horas, para discussão e consolidação das propostas, com os técnicos e gestores das entidades formadoras do Ecos de Pernambuco, organizados em grupos, todos servidores dos tribunais. Neste momento as contribuições foram direcionadas para responder as perguntas “o que fazer?” e “como operacionalizar?”. Houve encontro de trabalho posterior do grupo gestor do Ecos de Pernambuco para a consolidação das propostas advindas do *workshop*.

RESULTADOS

A articulação entre instituições, visando gerar processo sinérgico para viabilizar ações e potencializar iniciativas, é uma estratégia adotada buscando elevar a efetividade e eficiência da alocação dos recursos. Há casos que a cooperação transversal, baseadas em estratégias orientadas ao alcance de metas, além da cooperação entre instituições, pode denotar uma elevação na qualidade da gestão dos recursos hídricos (4). Por outro lado, a emergência da responsabilidade socioambiental como preceito operacional da administração moderna é plenamente percebida nas instituições públicas que possuem alinhamento com a excelência na prestação de serviços, além de ser um indicador de sustentabilidade (5). Com este duplo norte, foi estruturado o Comitê Ecos de Pernambuco, formado pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco – TCE, Tribunal Regional do Trabalho da 6ª. Região – TRT, Tribunal Regional Eleitoral – TRE e Tribunal da Justiça – TJ, com o apoio técnico-operacional do Grupo de Pesquisa Gestão Ambiental em Pernambuco – Gampe da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, através do Protocolo de Cooperação Técnica nº 57/2014 (6). Iniciativa coletiva a partir do entendimento de que as Comissões de Responsabilidade Socioambientais destes Tribunais poderiam ter um ganho buscando a sinergia das ações institucionais, teve sua criação em setembro de 2014 por meio do Protocolo de Cooperação Técnica entre o TRT, TRE, TJPE e UFRPE, objetivando a implementação de programas e ações de responsabilidade socioambiental.

Diversas reuniões, conversas e trabalho em parceria foram necessários para que os representantes dos Tribunais construíssem um ambiente sinérgico e propositivo. Entretanto este foi apenas um dos passos necessários para a operacionalização de ações em conjunto. O estabelecimento do Planejamento Estratégico para o Biênio 2015 – 2016 vem no sentido de responder a uma demanda face a configuração de missão, visão, valores e demais definições necessárias para que sejam traçados objetivos e metas que sirvam de diretrizes para os passos do Comitê Ecos (7). Como resultado do processo operacional de consolidação do material do I Seminário Ecos de Pernambuco sobre Gestão de Recursos Hídricos foram identificados, a partir dos quatro campos propostos na metodologia, os seguintes aspectos para a pesquisa, educação, gestão interna e visibilidade externa, que se pretende operacionalizar até o final do próximo ano.

Pesquisa

O campo da pesquisa é fundamental para que se tenham parâmetros comparativos e metodologia científica visando a comparação dos processos e indicadores passíveis de monitoramento (2). Observa-se que a evidenciação ambiental pode ser utilizada pelas organizações como um meio para comunicar os aspectos e os impactos ambientais, assim como para monitorar a evolução de iniciativas da gestão interna no sentido de elevar a sustentabilidade operacional (8). Neste sentido, firmar processos que tenham como propósito o desenvolvimento de pesquisas científicas, especialmente por parte de terceiros, poderá elevar o grau de segurança dos dados levantados, assim como auxiliar na análise da eficiência, efetividade e econometria da gestão dos recursos hídricos (5).



O objetivo determinado para a pesquisa foi elencar técnicas, métodos mecanismos e boas práticas de uso eficiente de água. O indicativo de atividades ou temas focadas na pesquisa sobre a disponibilidade e qualidade de água nos tribunais busca compreender o modelo de gestão dos recursos hídricos de cada tribunal relativo a disponibilidade (quantidade e qualidade) e demanda setorial; fazer inferências sobre a pegada hídrica das atividades dos tribunais; pesquisar a eficiência do sistema hídrico dos tribunais face às despesas energéticas e uso da água e mensurar a geração de águas cinzas e elencar possibilidade de reuso nos tribunais.

São passíveis de aprofundamento através de processos investigativos as iniciativas de identificar o consumo per capita dos servidores dos tribunais e mensurar os impactos ambientais e passivos ambientais hídricos dos tribunais nas suas diversas atividades, visando identificar medidas mitigadoras, minimizadoras e compensatórias. Estas ações serão operacionalizadas por meio de parceria com entidades de pesquisa e formas de captação de recursos para viabilizar pesquisas. Já a pesquisa de alternativas para a redução da demanda por unidade do tribunal e estratégias de reuso da água teve o indicativo de operacionalização por meio da realização de visitas técnicas em outras instituições para buscar experiências exitosas. Todos estes podem ser considerados indicadores que podem auxiliar na compreensão das dinâmicas institucionais e na busca da sustentabilidade no uso deste recurso natural (5).

Educação

A educação é um processo transformador da realidade, da percepção e da interação do homem com o meio, fundamental para a estruturação da sustentabilidade na sociedade (1). O objetivo determinado para a educação entre os parceiros que compõem o Ecos de Pernambuco foi disseminar boas práticas de uso da água. O indicativo de atividades ou temas focados na educação engloba a realização de curso sobre gestão sustentável dos recursos hídricos; desenvolver sinalização de locais informando práticas e técnicas que gerem ganhos no uso da tecnologia e, a partir da identificação do consumo per capita do corpo funcional dos tribunais (servidores, magistrados, estagiários e terceirizados), buscar estratégias educativas e de sensibilização. Estas ações serão operacionalizadas por meio da busca de instituição de excelência para dar apoio técnico-operacional.

A estruturação de iniciativas de educação hidro-ambiental para a criação de uma consciência individual, coletiva e institucional, para mudança de hábito individual e institucional foi apontada como uma das formas de concretizar o objetivo, sendo esta operacionalizada por meio da estruturação de um plano de ação, fato que é ratificado por (5). A capacitação dos técnicos dos tribunais (engenheiros e arquitetos) sobre tecnologias para eficiência hídrica, visando melhoria dos projetos básicos também será foco, sendo operacionalizada a partir da contratação de cursos e buscar parcerias com outras instituições.

Ainda com foco na educação, foi sugerido discorrer sobre a importância dos usos e finitude dos recursos hídricos com servidores lotados fora das sedes dos tribunais, nas unidades descentralizadas de cada tribunal, especialmente para o público interno. Esta pode ser apoiada por meio de visitas itinerantes das Comissões Socioambientais e unidades técnicas, como uma estratégia de sensibilização. Para a troca de experiências, informações e estratégias operacionais, a apresentação das melhores práticas empregadas por cada tribunal na questão da água foi apontada como uma forma educativa, ocorrendo através de encontros periódicos com as unidades técnicas dos Tribunais participantes. Por fim, na área da educação, houve indicativo para a formação de agentes multiplicadores de boas práticas socioambientais por meio de trabalho em ambiente virtual, para a maior abrangência deste meio midiático.

Gestão Interna

A gestão interna apresenta potencialidades e oportunidades para a efetivação da sustentabilidade dentro dos ambientes institucionais (8). O objetivo determinado para a gestão interna foi sugerir incorporação de técnicas, equipamentos e boas práticas na gestão, o que se apresenta fundamental para estabelecer uma lógica de comunicação institucional operacional (8). O indicativo de atividades ou temas focadas na melhoria da gestão interna da água englobou campanha para dialogar sobre qualidade e quantidade de água, por meio da iteração com setores de comunicação e capacitação de cada tribunal, para estruturar campanhas e demais ações.

Visando ajustar as práticas para racionalizar uso da água e reuso de águas servidas; compreender como pode ocorrer a redução da demanda por unidade do tribunal e a determinação de estratégias de reuso da água; estruturar o reuso de águas cinzas nos tribunais; elencar princípios norteadores para que as construções futuras e reformas estejam dentro do conceito sustentabilidade no preceito hídrico; determinar atividades que necessitam de águas potáveis e não potáveis, estabelecendo estratégias de obtenção e uso destas; identificar as possibilidades de captação e uso de águas pluviais (de chuvas) nos tribunais para os sanitários, sistema de refrigeração e irrigação das áreas verdes; usar de equipamentos economizadores de água e estruturar o reuso de água da desumidificação do sistema de refrigeração, pretende-se interagir com instituições para apropriação das tecnologias. Já para prever nos contratos de manutenção a capacitação

para instalação e manutenção das tecnologias empregadas, visa-se incluir esses itens nos termos de referência, nos processos de licitação, fazendo com que a aquisição de bens e serviços sejam pautados pelo uso sustentável da água. Para o monitoramento constante das contas para detecção de perdas ou cobranças indevidas, vislumbra-se operacionalizar por meio da interação com o gestor responsável para disponibilizar os resultados.

Visibilidade Externa

A comunicação com o público externo, por meio do processo de evidenciação ambiental, através de dados gerados em cada uma das instituições e que reflitam suas práticas de gestão dos recursos hídricos, poderá auxiliar no aumento de comunicação entre empresa e sociedade, fazendo desta um agente educacional informal (8). O objetivo determinado para a visibilidade externa foi apresentar relatórios periódicos de monitoramento e avaliação, além de boas práticas no uso eficiente da água, por cada Tribunal, deixando em ambiente virtual para livre acesso do público interno e externo.

Pretende-se buscar estratégias para a participação social nas iniciativas, visando a replicabilidade das ações; realização de evento para sensibilizar quanto a necessidade de eficiência hídrica e ações de responsabilidade socioambiental com o entorno por meio de parcerias com entidades que tenham a expertise e sensibilizar o público interno para o desenvolvimento. Visando divulgar ações de uso eficiente da água implementadas e apresentá-las ao público interno e externo dos tribunais, além de dar visibilidade ao banco de dados com boas práticas, pretende-se informar por meios de comunicação de massa (*site* do Ecos de Pernambuco, páginas dos Tribunais na *internet*, jornais de grande circulação, televisão, etc.), para que todos tenham acesso a tais informes.

CONCLUSÕES

O processo de construção do Planejamento Estratégico Socioambiental do grupo Ecos de Pernambuco, de forma geral, apresentou ganhos quanto ao processo de apropriação da realidade, do pensar institucional e organização das ações, valores, objetivos e estratégias para o conjunto dos tribunais formadores do grupo. Quanto ao tema focal Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos, resultou em paradigmas operacionais no campo da pesquisa, educação, gestão interna e visibilidade externa. A articulação entre as instituições vem gerando um processo sinérgico, viabilizando ações e potencializando iniciativas, especialmente no que tange a visão futura de ações. Objetivos e estratégias operacionais foram traçados e acordados pelos atores sociais das instituições, gerando uma agenda a ser aprofundada em passos seguintes. Tal metodologia poderá ser replicada em instituições públicas ou particulares, que tenham interesse em se adequar aos preceitos da sustentabilidade na gestão dos recursos hídricos.

AGRADECIMENTOS

A Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (Facepe)

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) do Governo do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. NASCIMENTO, Luis Felipe; LEMOS, Ângela Denise da Cunha; MELLO, Maria Celina Abreu de. Gestão socioambiental estratégica. Porto Alegre: Bookman. 2008.
2. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. São Paulo: Cortez. 2013.
3. EL-DEIR, Soraya Giovanetti. Metodologias inovadoras de empoderamento social. Recife: Edufrpe. 2013.
4. LIBÂNIO, Paulo Augusto Cunha. Iniciativas de cooperação para GIRH e o pacto nacional pela gestão das águas. Anais... Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos. Disponível em: <ubq-rj.com.br>. Acesso em: 1 jul. 2015.
5. TACHIZAWA, Takeshy; POZO, Hamilton. Gestão socioambiental e desenvolvimento sustentável: um indicador para avaliar a sustentabilidade empresarial. Revista Eletrônica do Prodema, v. 1, n. 1, p. 35 – 54, 2007.
6. PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO. Protocolo de Cooperação Técnica nº 057/2014. Diário da Justiça Eletrônico, 4 set. 2014.
7. MELO, Márcia Barros Carvalho; EL-DEIR, Soraya Giovanetti. (org.) Planejamento estratégico do biênio 2015/2016 do Comitê Ecos de Pernambuco. Recife: Edufrpe. 2015.
8. ROSA, Fabrícia Silva da; ENSSLIN, Sandra Rolim; ENSSLIN, Leonardo; LUNKES, Rogério João. Gestão da evidenciação ambiental: um estudo sobre as potencialidades e oportunidades do tema. Revista de Engenharia Sanitária e Ambiental, v. 16, n. 1, p. 157-166, 2011.